



O POLÍTICO NAS POLÍTICAS-PRÁTICAS CURRICULARES NOS COTIDIANOS ESCOLARES

The political in curricular policy-practice in daily school lives

Lo político en la política-práctica curricular en la vida escolar cotidiana

Tamires Barros Veloso¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3785-9110>

E-mail: tamiresbarros32@gmail.com

Vanessa Azevedo Cabral da Silva²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4392-4532>

E-mail: vanessaazevedocabral@gmail.com

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3577-1716>

E-mail: ninaataide@gmail.com

Resumo: Este artigo se inscreve no campo do currículo, mais especificamente das políticas-práticas curriculares pensadas-vividas no desenvolvimento do currículo dos anos iniciais do ensino fundamental, tendo por objetivo analisar os discursos políticos curriculares mobilizados nas práticas curriculares, produzidas por professoras de uma rede pública municipal de ensino na região de Caruaru (Agreste pernambucano). Para isso, tomamos a Teoria do Discurso a partir das noções de negociação e articulação discursiva, demarcando, pois, nossa posição em trabalhar com as políticas-práticas curriculares em uma perspectiva de negociação-articulação discursiva. Enquanto procedimentos metodológicos, aplicamos um questionário e entrevista com professoras em atuação nos anos iniciais do ensino fundamental. A partir dos discursos das professoras, foi possível perceber que suas atuações estiveram atravessadas por diferentes discursos políticos conflitantes, demonstrando que, apesar de ter como referência inúmeras propostas políticas que apontavam para simplificação e digitalização do currículo, suas práticas curriculares não foram por elas determinadas, o que observamos foi o caráter político em sua faceta que

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Caruaru, PE, Brasil.

² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Caruaru, PE, Brasil.

³ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Caruaru, PE, Brasil.

dissocia, antagoniza, mantêm o conflito, manifestado nas negociações curriculares que compuseram a constituição de suas prática curriculares e possibilitaram a articulação de outros modos de pensar-viver o currículo em seus cotidianos escolares.

Palavras-chave: discursos políticos; política de currículo; prática curricular.

Abstract: This article is set in the field of curriculum, more specifically the curricular policies-practices thought up and lived out in the development of the curriculum for the first years of elementary school. The aim of this article is to analyze the political discourses mobilized in the curricular practices produced by teachers in a municipal public school system in the region of Caruaru (Agreste Pernambuco). To do this, we used Discourse Theory based on the notions of negotiation and discursive articulation, thus demarcating our position in working with curricular policy-practices from a perspective of discursive negotiation-articulation. As methodological procedures, we used a questionnaire and interviews with teachers working in the early years of elementary school. Based on the teachers' discourses, it was possible to see that their actions were crossed by different conflicting political discourses, demonstrating that, despite having as a reference numerous political proposals that pointed to simplifying and digitizing the curriculum, their curricular practices were not determined by them. What we observed was the political character in its facet that dissociates, antagonizes, maintains the conflict, manifested in the curricular negotiations that made up the constitution of their curricular practices and made it possible to articulate other ways of thinking-living the curriculum in their daily school lives.

Keywords: political discourses; curriculum policy; curricular practice.

Resumen: Este artículo se inscribe en el campo del currículo, más específicamente de las políticas-prácticas curriculares que se piensan y viven en el desarrollo del currículo para los primeros años de la escuela primaria. El objetivo de este artículo es analizar los discursos políticos curriculares movilizados en las prácticas curriculares producidas por profesores de una red municipal de escuelas públicas de la región de Caruaru (Agreste Pernambuco). Para ello, utilizamos la teoría del discurso a partir de las nociones de negociación y articulación discursiva, demarcando así nuestra posición en el trabajo con las prácticas-políticas curriculares desde una perspectiva de negociación-articulación discursiva. Como procedimientos metodológicos, utilizamos un cuestionario y entrevistas a docentes que trabajan en los primeros años de la escuela primaria. A partir de los discursos de los docentes, se pudo observar que sus acciones estaban atravesadas por diferentes discursos políticos en conflicto, demostrando que, a pesar de tener como referencia numerosas propuestas políticas que apuntaban a la simplificación y digitalización del currículo, sus prácticas curriculares no estaban determinadas por ellas, lo que observamos fue el carácter político en su faceta que disocia, antagoniza, mantiene el conflicto, manifestado en las negociaciones curriculares que hicieron a la constitución de sus prácticas curriculares y posibilitaron articular otras formas de pensar-vivir el currículo en su cotidianidad escolar.

Palabras clave: discursos políticos; política curricular; práctica curricular.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se inscreve no campo do currículo, mais especificamente das políticas-práticas curriculares pensadas-vividas no desenvolvimento do currículo dos anos iniciais do ensino fundamental, tendo sido produzido no âmbito do grupo de pesquisa Discursos e Práticas educacionais, com o objetivo de analisar os discursos políticos curriculares mobilizados nas práticas curriculares produzidas por professoras de uma rede pública municipal de ensino na região de Caruaru (agreste pernambucano).

Partimos da necessidade de questionar fronteiras, supostamente estabelecidas, entre o que seria política e prática no desenvolvimento do currículo (Frangella; Carvalho, 2013; Borges; Lopes, 2019; Melo; Almeida; Leite, 2023; Silva, 2020), assim como a ideia de que a prática curricular se estabelece apenas como lugar de reprodução e de que a política curricular se reduza a propostas documentais (Lopes, 2004).

Nessa direção, buscando enfraquecer, em um sentido amplo, fronteiras que tentam segregar o mundo em pares dicotômicos e racionalistas, a Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe (2015), Mouffe (2015), Laclau (2011), emerge e nos conduz a pensar e negociar essas possibilidades nas impossibilidades de uma ordem fixa e previamente determinadas no social, em uma perspectiva de articulação discursiva.

Partir de uma perspectiva de articulação permite-nos construir uma compressão que contribui para borrar supostas fronteiras arbitrárias entre o que seria política e o que seria a prática, pois, articulação não diz respeito a uma relação de necessidade ou de justaposição, mas que resulta inexoravelmente na modificação de suas identidades (Mendonça, 2014a).

Política e prática são vistas, por essa perspectiva, como “[...] construções sociais parciais, atravessadas por conflitos/contradições e intrinsecamente contingentes”. (Oliveira, 2018, p. 170). Essa dimensão conflituosa/contraditória de negociação constante em que opera sobre qualquer relação ou construção, no social, impedindo que esse se estabeleça sobre uma base fixa, diz respeito, a ação do político sobre a constituição do social (Mouffe, 2015).

Partimos, assim, de uma consideração que não vê a prática curricular apenas como lugar de reprodução de propostas, mas de produção discursiva curricular (Silva, 2020). Além disso, nossa consideração se assenta ainda na ideia de que as práticas curriculares são, sobretudo, “[...] políticas negociadas nas complexas redes cotidianas de saberes, fazeres e poderes das escolas [...]” (Frangella; Carvalho, 2013, p. 342).

Assim, estamos também considerando, que professores/as ao praticarem um currículo ou currículos em suas práticas cotidianas se inserem no jogo de disputa, não apenas pela implementação de políticas curriculares, mas também pela sua produção (Veloso; Almeida, 2022).

2 O POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DE PRÁTICA CURRICULAR EM UMA PERSPECTIVA DE NEGOCIAÇÃO-ARTICULAÇÃO COM OS SENTIDOS DE POLÍTICA CURRICULAR E DE CURRÍCULO

Como anunciado, apoiamo-nos na Teoria do Discurso construída a partir da articulação dos estudos de Laclau e Mouffe (2015). Essa abordagem teórica do discurso que tomamos em nosso texto, parte do pressuposto de impossibilidade da sociedade, ou seja, a aceitação da contingência e do caráter precário de constituição das estruturas sociais (Nascimento, 2020).

Assim, “[...] o social – aqui entendido em sua forma mais abrangente possível – pode vir a ter qualquer feição, qualquer configuração, unicamente limitada por suas próprias condições de emergência e instituição” (Lopes; Mendonça; Burity, 2015, p. 22). Essas condições de emergências e instituição dizem respeito à operação do político sobre o social (Mouffe, 2015). Nessa direção, articulamos esta discussão para uma defesa da primazia do político na constituição do social.

Importante destacar que o social só pode se constituir na promessa de dominar o campo da discursividade (detenção do fluxo diferencial) na promessa de constituição do centro. Essa promessa, no entanto, não se cumpre nunca, pois a fixação de sentido é sempre parcial e precária. “[...]. Há um caráter político em toda identidade social que aponta para a incomensurabilidade entre social e político” (Borges; Lopes, 2019, p. 28-29).

Nesta direção, a noção de político que partimos não subsiste apenas no Estado, como recorrentemente se propaga em alguns discursos, mas está onde quer que se produza uma ordem das coisas, um regime de práticas sociais (Lopes; Mendonça; Burity, 2015), o que justifica operarmos com a dimensão do político no âmbito das práticas curriculares.

Além disso, a sua exploração em nosso trabalho também se fez importante na ampliação das possibilidades de significação da política curricular para além de visões estadocêntricas, à sua produção imbricada com/nas práticas curriculares nos cotidianos escolares.

A partir disso, se faz necessário dizer, parcialmente, em que consiste a noção de político e seu caráter não apenas diferencial em relação a noção de política, mas como destaca Mouffe (2015), importante para avançarmos no próprio sentido de política em uma perspectiva pluralista, que no caso de nossa pesquisa, contribui para ampliarmos a compreensão de como se configuram as disputas políticas por sentidos nas práticas curriculares docentes.

Mais precisamente, é assim que diferencio “o político” da “política”: entendo por “o político” a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por “política” o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político (Mouffe, 2015, p. 8, grifos da autora).

Nesse sentido, a dimensão do político está sendo significada em um sentido amplo, como fundamento ontológico da vida social, buscando desse modo “[...] reforçar a dimensão antagônica e conflituosa como constitutiva das sociedades, cabendo à “política” a criação de uma ordem social em meio aos conflitos políticos” (Borges; Lopes, 2019, p. 26, grifo das autoras), afirmando, assim, parcialmente, a possibilidade sempre presente do antagonismo e da impossibilidade de um fundamento último.

Em meio aos processos conflituosos, em que opera a impossibilidade de constituição última no social, algum tipo de ordem é sempre requerida e criada, mesmo que parcialmente, esse processo de criação de uma ordem social em um terreno conflituoso trata-se, portanto, da política. Assim, o político se estabelece não apenas como o momento em que uma ordem é desafiada, mas também como o momento em que uma nova ordem é instituída politicamente no social (Mendonça, 2014b).

Ainda sobre a noção de político, Borges e Lopes (2019) recorrem a contribuição de Marchart (2007) visando ampliar a discussão dos modos de conceber o político a partir de duas concepções trabalhadas por esse autor. Trazer esse apontamento em nossa discussão se faz importante para ampliarmos, também, a compreensão da noção de político, que buscamos operar na construção dos sentidos de prática curricular e política curricular. Assim, a noção de político é significada por esse autor a partir de uma concepção associativa e dissociativa.

Na primeira expressão – o político associativo –, a ideia de autonomia do político se faz presente, envolvendo a defesa de um “conceito puro” do político, [...] ligado [...] à ideia de uma pluralidade (de pessoas) que associa livremente ao âmbito político, motivada por um cuidado com o comum (Borges; Lopes, 2019, p. 24).

A essa primeira perspectiva associativa, as autoras fazem conexão com a concepção das políticas curriculares, defendida em vários documentos assinalados pelo Estado que buscam, dentre outras questões, afirmar seu caráter político por meio da valorização de universais (Borges; Lopes, 2019).

Podemos citar que essa concepção pode ser percebida nos documentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), assim como, da Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (Brasil, 2019), que disputam o estabelecimento de um projeto comum curricular para a educação no país.

Na segunda expressão – político dissociativo –, há busca de um critério para garantir a autonomia do político, e esse conceito passa pela distinção de amigo-inimigo, inicialmente discutida na teoria schmittiana e posteriormente reconfigurada por Mouffe. Um ponto irreduzível dessa teoria, para Marchart, é a ideia de que o político tem primazia sobre qualquer outro domínio. Com relação à defesa da primazia do político, vale destacar que ela não passa por uma postura triunfante, como se a paz universal pudesse ter um ponto de

inflexão que garantisse seu começo ou mesmo seu fim (Marchat, 2007 *apud* Borges; Lopes, 2019, p. 24).

Diante disso, nossa discussão, apoiando-se na perspectiva da Teoria do Discurso, conecta-se com essa segunda expressão dissociativa. Operamos, com a noção de político na construção dos sentidos de prática curricular, justamente como essa dimensão antagônica e conflituosa.

Como dimensão que opera sobre a constituição da prática curricular, o político, atua assim, impossibilitando que seus sentidos sejam antecipados ou definidos de uma vez por todas, como suposto em concepções políticas estadocentradas, “[...] nesse sentido não cabem nem a ocultação nem o apagamento dos conflitos constituintes das disputas por significação” (Borges; Lopes, 2019, p. 24).

Nessa direção, operar com essa noção possibilita-nos, ainda, conceber outro sentido de política a política curricular em nossa discussão, tratando-se de uma luta e disputa por significação (Borges; Lopes, 2019). Isso nos possibilita atuar, destituindo dicotomias que atribuem à produção do processo da política curricular a centralidade ao Estado, resguardando à prática curricular apenas o caráter de implementação, para pensarmos nas possibilidades de significação das práticas curriculares construídas nos cotidianos das escolas e salas de aula também à condição de produtora de políticas curriculares (Ferraço, 2017).

Desse modo, as políticas curriculares não se resumem apenas as propostas escritas, mas são também pensadas-vividas (Ferraço, 2017) nas ações/decisões curriculares, produzidas cotidianamente no contexto da prática curricular, em contraposição às lógicas racionalistas e objetivistas, que se associam à ideia de que a política cumpre a função apenas de guia para prática (Borges; Lopes, 2019).

A prática curricular “[...] deixa de ser considerada como o Outro da política, mas passa a ser parte integrante de qualquer processo de produção de políticas” (Lopes; Macedo, 2011, p. 237). Nesta direção, consideramos que a prática curricular não se constitui apenas em uma função de reprodução de políticas curriculares, mas também de recriação (Melo; Almeida; Leite, 2023) em seus processos de negociações curriculares, assim como também, articula a produção de políticas nas ações/decisões mobilizadas nos cotidianos da sala de aula, tensionando as disputas no jogo político conflituoso de significação curricular.

O ato de negociação, nesse sentido, está para operação do político, “[...] que promove disjunções em posições instituídas e anuncia outros modos de significar a fim de afirmar o caráter ontológico da sociedade” (Borges, 2015, p. 20). A noção de negociação, indica assim, que os sentidos curriculares não estão e nem podem ser totalmente definidos, mas que a todo momento estão sendo significados com base em consensos conflituosos, evidenciando, a operação do político no jogo de significação da prática curricular.

Nesse sentido, a articulação, por sua vez, incorporada em nossa discussão a partir da TD, está para uma operação política, isto é, o resultado de um conjunto de

práticas que se relacionam tentando estabelecer algum tipo de ordenamento curricular em um contexto de contingência (Mouffe, 2015).

Desse modo, o processo de negociação na compreensão de como se configuram as disputas por sentidos nas práticas curriculares em nossa discussão, implica assim, na negação do fechamento absoluto e abertura sempre para novas possibilidades de significações (Frangella, 2020), enquanto que a prática de articulação, se estabelece, como o momento em que essas significações são produzidas provisoriamente, uma vez que, de acordo com essa perspectiva discursiva, “[...] articulação implica na construção de uma nova síntese, na qual a recomposição dos fragmentos é artificial, contingente. Ela não repõe uma unidade orgânica original” (Burity, 1997, p. 11).

É importante ressaltarmos, a fim de não cairmos em polarizações, que embora estivemos discutindo o caráter diferencial dos sentidos de político e política, apoiado, principalmente, em Mouffe (2015), operamos, assim como Mouffe (2015) e Laclau e Mouffe (2015) defendem em vários momentos das suas produções, com o caráter intrínseco de articulação das noções de político e política na produção de sentidos e constituição das práticas sociais, tendo em vista, que nessa perspectiva, a existência incompleta da política é o que garante ao político sua operação de constituição (Mendonça, 2014b).

Assim, na compreensão de como se configuram as disputas por sentidos nas práticas curriculares em nossa discussão, estas não estão sendo significadas de forma isoladas ou em condições de oposição, o que também se estabelece nas noções de negociação e articulação que incorporamos nos processos de significação da prática curricular.

Frente a essas noções na Teoria do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015; Mouffe, 2015; Laclau, 2011), que emergem a partir da necessidade de questionar supostas dualidades nos processos políticos curriculares, dentre elas, currículo e prática, prática e política, propostas e práticas, possibilitando construir uma compreensão para além de concepções dualistas fixas, pois nessa perspectiva discursiva não se “[...] pressupõe qualquer referencial externo ao discurso; portanto, não trabalha com a possibilidade de práticas não discursivas: toda prática é um discurso, assim como todo discurso é uma prática” (Lopes; Macedo, 2011, p. 10).

Com base nessa perspectiva, que parte do entendimento de qualquer fenômeno no social como formado discursivamente, ou seja, uma totalidade relacional de produção de sentidos (Laclau, 2011), nos vinculamos à emergência de discursos políticos e acadêmicos que não buscam projetar sentidos para a prática curricular, mas que a percebem enquanto prática social como uma produção discursiva curricular, “[...] que se produz histórica e contingencialmente a partir de disputas e negociações [...]” (Melo; Almeida; Leite, 2020, p. 2007). Nessa direção, a prática curricular é percebida e defendida como espaço de articulação política e de negociações de diferentes discursos políticos, dentre eles, do que vem a ser currículo (Veloso; Almeida, 2022).

Assim, para fixar, mesmo que parcialmente, o que estamos tomando por prática curricular, mobilizamos o que compreendemos por currículo, pois ambos, se expressam discursivamente a partir dos sentidos parciais aos quais nos vinculamos, em uma relação de interdependência de significação, e partem também, da construção de uma compreensão que visa a necessidade de superar binarismos entre o pensar e o viver o currículo, entendendo que o currículo é pensado-vivido em um movimento de constante organização e desenvolvimento (Silva; Gonçalves; Almeida, 2018; Silva, 2020; Ferraço, 2017).

Nessa direção, o sentido que nos vinculamos à prática curricular, “[...] parte de uma noção de currículo como movimento que relaciona planejamento, organização, seleção, conteúdos, estratégias, avaliação e tantas outras dimensões do pensar-viver a aula e a sala-de-aula” (Silva; Gonçalves; Almeida, 2018, p. 127). Partimos, então, de uma concepção, parcial, de prática curricular como um complexo movimento discursivo, envolto de processos de negociações curriculares mobilizados a partir das articulações discursivas do/no currículo pensado-vivido.

A partir disso, estamos compreendendo o currículo como produção político-discursiva, que se coloca em negociação a todo momento na luta por significação, nesse caso, do que vem a ser planejamento, conteúdo, estratégia didático-metodológica, avaliação, dentre outras questões que envolvem o saber-fazer curricular em sala de aula (Veloso; Almeida, 2022), assumindo nessa luta a heterogeneidade do social, bem como o conflito político (Borges; Lopes, 2019).

Produzir currículo torna-se um processo sem fim, no qual não há o momento de construção de princípios e regras que nos façam supor ser possível descansar do jogo político, estabelecer consensos que garantam a solução de todo e qualquer conflito, pois a cada novo conflito regras podem ser refeitas (Lopes, 2014, p. 59).

Sendo o currículo, assim, espaço político de significação, a prática curricular, por sua vez, também opera em uma dimensão de disputa, luta política e conflito, “[...] uma vez que é pensada-vivida no cotidiano onde as incertezas e o novo reverberam na configuração de currículos-práticas singulares” (Silva; Gonçalves; Almeida, 2018, p. 127). Nesse sentido, ela vai se constituindo no ineditismo e nas imprevisibilidades que emergem no cotidiano escolar.

A prática curricular é assim “[...] materialização e também possibilidade de criação de novos currículos, novas práticas, novas maneiras de ser e estar na docência”. (Silva, 2020, p. 52-53). Nesse ínterim, estamos considerando a prática do/a professor/a como um dos espectros de organização, negociação, articulação e produção curricular, buscando ultrapassar discursos que apontam apenas para um caráter de mera reprodução de currículos produzidos por outros (Veloso; Almeida, 2022).

É preciso enfatizar também, que o/a professor/a ao desenvolver sua prática na escola, ele/a não pratica um currículo ou currículos isoladamente, pois, sua atuação acontece conjuntamente em negociação-articulação com as práticas de outros

sujeitos, estes também políticos, que atuam na escola (como os gestores/as, coordenadores/as, alunos/as etc.), e não esquecendo, inclusive, de propostas políticas curriculares em que é envolvido e que acaba por mobilizar também discursos políticos em sua prática (Melo; Almeida; Leite, 2018).

A interação com as práticas gestora, discente e epistemológica interferem, portanto, na prática docente do professor e no currículo que este pratica. Isso significa dizer que, apesar de haver o elemento de recriação do professor na vivência de um currículo, este precisa atender às exigências de uma gestão, às expectativas dos alunos e ainda cumprir o que as políticas curriculares estipulam para seu nível de ensino. Nesse sentido, ele acaba por criar práticas articulatórias entre as diferentes práticas, o que resulta na mudança de sua prática curricular (Melo, 2019, p. 59-60).

Desse modo, apesar do tratamento que estamos utilizando em nosso trabalho, direcionando as práticas curriculares como terreno de produção de currículos-políticas curriculares cotidianas, não podemos negar ou ignorar a influência de outros sujeitos políticos e processos de políticas criados com a intenção de estabelecer controle às ações curriculares desenvolvidas nas práticas curriculares. Neste sentido, podemos nos remeter a guias e bases curriculares, que buscam em suas apresentações minimizar o caráter político dos currículos desenvolvidos nos cotidianos das salas de aulas, propondo o seu nivelamento (Borges; Lopes, 2019).

Por essa razão, entendemos que o currículo também é construído a partir das interpretações dos que o vivenciam cotidianamente, fazem dessas influências políticas no desenvolvimento de suas práticas curriculares (Melo; Almeida; Leite, 2020), sendo isso também uma operação do político.

O currículo como projeto formativo, como articulação entre as políticas e as práticas, como elemento vivenciado numa prática institucional, qual seja, a prática pedagógica e, mais especificamente, na prática docente, é visto materializado nas práticas curriculares, estas encontradas nos conhecimentos dos professores, ou seja, nos conhecimentos que eles mobilizam em sua atuação profissional, bem como, em seus fazeres, entendidos como as ações que realizam em sua atuação (Almeida *et al.*, 2020, p. 435).

Se pudéssemos especificar, parcialmente, o desenvolvimento do currículo na prática curricular docente, destacaríamos que envolve os objetivos delineados durante o percurso de ensino-aprendizagem, o planejamento realizado, os conhecimentos destacados para ensinar, e a avaliação produzida durante todo esse processo (Almeida *et al.*, 2020). Ou seja, engloba a complexidade dos saberes-fazeres curriculares cotidianos desenvolvidos em sala de aula.

Desse modo ainda, se pudéssemos fazer uma analogia a fim de afirmar as relações de interdependência dos sentidos de currículo e prática curricular tomando as noções de político e política que tratamos no início, imaginemos que no jogo de produção curricular o currículo está, para o que inicialmente enfatizamos em Mouffe

(2015), como sendo a dimensão do político, e a prática curricular está para a dimensão da política, com essa metáfora, que não representa fielmente os seus sentidos, queremos ressaltar que embora resguardem especificidades, estão discursivamente imbricados, “[...] partilhando um mesmo espaço simbólico dentro do qual tem lugar o conflito” (Mouffe, 2015, p. 19).

Reiterando, não queremos dizer com isso que um deles é apenas dimensão do político e outra apenas política, mas enfatizar, a partir dos sentidos apontados inicialmente (Mouffe, 2015), que assim como a política, em uma relação diferencial à dimensão do político, se constitui instituindo uma ordenação no social, a prática curricular, igualmente, se estabelece como espaço de criação de ordens curriculares, sendo ela própria uma ordenação também – precária e provisória – do que vem a ser currículo.

Mas se pudéssemos também pensar, estando o currículo para dimensão do político, ou seja, dimensão do conflito que implica os limites de qualquer ideia de ordem no social (Mouffe, 2015), enunciar o que é currículo se torna impossível, e a prática curricular se constitui nessa impossibilidade, apenas como articulação curricular contingente, temporária e sempre negociável no jogo político curricular.

Com isso, queremos dizer ainda que, a prática curricular também se constitui enquanto dimensão política, sendo ela própria quando produz sentidos curriculares nos processos de ensino-aprendizagem em sala de aula, uma prática política, no entanto, nunca se estabelecerá de uma vez por todas, porque é sempre afetada pela dimensão ontológica do político de conflito e antagonismo, inafastavelmente associado à sua própria formação discursiva no social (Mouffe, 2015).

3 ESTRATÉGIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Com a Teoria do Discurso, operamos buscando compreender os modos como nas práticas curriculares dos/as professoras/as, políticas curriculares estiveram sendo mobilizadas, dentro de uma estrutura discursiva social demarcada –no Agreste pernambucano (Caruaru) - sem ter a pretensão de realizar generalizações universais, mas, buscando as contingências que tornaram possível a estabilização e emergência parcial de certos sentidos neste contexto delimitado.

Para isso, tomamos as noções de negociação e articulação discursiva nos processos de significação, demarcando, pois, nossa posição em trabalhar com as políticas-práticas curriculares em uma perspectiva de negociação-articulação discursiva, buscamos produzir sentidos que não foram e nem nunca serão estabilizados em sua totalidade (Laclau; Mouffe, 2015).

Enquanto procedimentos metodológicos, desenvolvemos um formulário no *Google Forms*® e utilizamos como estratégia, que nos possibilitou encontrar virtualmente as professoras colaboradoras desta pesquisa, o compartilhamento nas redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) e em grupos de *WhatsApp* e *Telegram*.

A partir disso, conseguimos respostas de 21 professores/as e de uma coordenadora ao nosso formulário. Analisamos os discursos e fizemos uma seleção dos que atendiam aos critérios e perfil que havíamos delimitados: (a) atuação em escolas públicas; (b) atuação nos anos iniciais do ensino fundamental (c) experiência de 2 a 5 anos ou mais na docência. No total foram selecionadas oito professoras e uma coordenadora. Em diálogo com os dados obtidos com esse formulário, realizamos a partir da disponibilidade desses profissionais uma entrevista.

Nessa direção, nos aproximamos da possibilidade de identificar nos discursos construídos, a partir de questionário e entrevista, os elementos curriculares (objetos discursivos) que estiveram em negociação nas práticas curriculares e as articulações discursivas que se produziram nas relações desses elementos negociados, configurando, desse modo, processos de mobilizações políticas, esses compreendidos como formações discursivas em Laclau e Mouffe (2015, p. 180), não se limitando a elementos linguísticos ou não linguísticos, “[...] todo objeto é constituído objeto de discurso, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas de emergência”.

Mas também, admitimos nessas análises partir de uma concepção de política enquanto decisão (Lopes, 2015; Silva, 2020), as construções políticas cotidianas que emergiam a partir dos discursos curriculares das professoras, em relação às ações/decisões mobilizadas nos processos de ensino-aprendizagem em suas práticas curriculares cotidianas, tentando atender as demandas de propostas curriculares, como juntamente a suas demandas pessoais e profissionais e as demandas dos/as alunos/as, levando em consideração que no cenário político cotidiano essas demandas se ampliam, se interconectam e se multiplicam, fazendo política (Frangella; Dias, 2018).

4 DISCURSOS POLÍTICOS CURRICULARES MOBILIZADOS NAS POLÍTICAS-PRÁTICAS CURRICULARES

Identificamos a partir dos discursos das professoras que, a produção do currículo em suas práticas curriculares, envolveu diferentes processos de negociações-articulações, entre as demandas das propostas políticas incorporadas pela secretaria de educação e as demandas que emergiam das necessidades e possibilidades dos/as alunos/as em relação aos modos de desenvolvimento das atividades curriculares nos processos de ensino-aprendizagem em contextos emergenciais no Agreste pernambucano (Caruaru).

Ao questionarmos se as professoras estavam utilizando alguma política para o desenvolvimento das aulas, foi recorrente nas respostas dos questionários o uso de planos de ensino propostos pela Secretaria de Educação como apontado nos discursos a seguir:

Seguimos os Planos de Ensino enviados pela secretaria de educação do município (Formulário, Professora 1);

No desenvolvimento das aulas trabalhamos com os planos de ensino disponibilizados pela Seduc (Formulário, Professora 3);

Temos apoio (Formulário, Professora 6);

Só o que é proposto pela Secretaria de Educação (Formulário, Professora 8).

A partir da entrevista, se evidenciou que esses planos sinalizados nos formulários foram criados com a emergência do ensino remoto e significou a descontinuidade do programa Simplifica mobilizado inicialmente quando foi decretado o retorno as aulas de forma remota, demonstrando as contingências em que essa influência política se produziu e emergiu na produção curricular cotidiana escolar.

Os planos de ensino em questão eram criados e enviados como propostas para serem desenvolvidas bimestralmente, e continham a seguinte estruturação distribuída em tabelas: "Unidades temáticas; Objetos de conhecimento; Habilidades; Situações didáticas/recursos; Avaliação" (Caruaru, 2020), demonstrando desse modo uma aproximação com a organização curricular referenciada no documento da Base Nacional Comum Curricular.

No entanto, embora esses planos fizessem em sua estrutura referência a influências políticas globais, como essa que intencionam modos de centralização curricular, eles demonstravam flexibilidade curricular para que as professoras pensassem e desenvolvessem do seu modo as situações didáticas e o processo de avaliação, assim também conforme destacado neste discurso sobre os conteúdos desses planos: "[...] a avaliação e situações didáticas/recursos vem em branco, porque assim, alguns planos vão tá assim porque ela deixa a critério da gente, como vai se dar avaliação, como vai se dar a situação didática" (Entrevista, Professora 1).

Nessa mesma direção, um conjunto de apostilas digitalizadas do Instituto Qualidade no Ensino (IQE) que embora exercessem influência, não impediram que outras produções políticas curriculares fossem mobilizadas nas práticas curriculares das professoras, principalmente partir da construção do processo de planejamento, que acontecia, segundo elas, paralelo às atividades das apostilas, ou seja, não se restringindo à reprodução apenas dessas atividades, enfatizando que a inclusão de atividades "extras e complementares" não previstas nas propostas políticas desses materiais.

Nesse sentido, a construção do planejamento se aproxima da ideia de planejamento como espaço político de significação, em que os discursos das influências políticas são negociados com as articulações que as professoras iam fazendo em suas práticas a partir das demandas que emergiram em seus contextos de atuação, considerando as necessidades e possibilidades dos (as) seus (suas) alunos (as) no processo de ensino-aprendizagem remoto.

Num enfoque discursivo, a tomada de decisão é operada numa articulação política, e isso possibilita a reativação do político, ao mesmo tempo em que radicaliza a ideia de responsabilidade. É porque toda decisão interrompe um determinismo que, ao se decidir, não se pode recorrer a uma razão onipotente

para justificar a decisão. Consequentemente, só se pode ser responsável pela decisão tomada e tentar justificar sua razoabilidade (Borges; Lopes, 2019, p. 27).

A decisão por não restringir apenas ao encaminhamento de atividades que eram propostas, mas buscar também incluir outras atividades que considerava necessárias na prática do currículo com seus/suas alunos/as nesse contexto, demonstram o caráter político, que movimenta as articulações políticas produzidas na prática curricular cotidiana, inscritas, assim, sob um terreno de radical contingência, precariedade e provisoriedade (Borges; Lopes, 2019).

Nessa direção, também os discursos políticos, mobilizados nas práticas curriculares investigadas, ainda demonstraram que as políticas curriculares que influenciaram suas práticas não exerciam diretamente controle sobre as situações didáticas e o processo avaliativo, permitindo que desenvolvessem também a partir de seus "critérios" os modos e as situações didáticas-pedagógicas e avaliativas, ampliando, dessa maneira, "autonomia" sobre as decisões acerca da condução de sua prática curricular no que diz respeito ao processo pedagógico didático-avaliativo.

[...] todo dia eu posto as atividades, mando áudio, dou explicação de cada atividade. E eu prefiro, agora, escolha minha responder no privado, um a um, por exemplo, eu jogo lá atividade no grupo e eles me dão a devolutiva no privado. Aí eu vou lá, corrijo OKzinho, diz eu tô com dúvida, aí eu explico no privado. Eu sei que é mais desgastante, mas prefiro assim (Entrevista, Professora 1).

A partir desse discurso, a professora demonstra que procurou em sua prática curricular produzir uma prática didática-avaliativa em contextos emergencial tendo por base uma relação dialógica com seus/suas alunos/as, decidindo por fazer isso de forma individual quando se refere que optou por receber as devolutivas no privado (referindo-se ao aplicativo de mensagens *WhatsApp*), pois isso, na sua concepção, embora tornasse mais "desgastante" em termos de ampliação do seu tempo de realização de trabalho, possibilitava atender as demandas individuais de cada estudante em relação às dúvidas e dificuldades com as atividades, respeitando os ritmos e experiências específicas de cada um, enfatizando ainda que isso se tratava de uma decisão sua, portanto, que não se configurava como imposição ou uma prática comum a todos/as professores/as que trabalhavam em sua escola.

Nesse contexto, a prática curricular manifestada, através da prática didática-avaliativa, buscava assumir uma dimensão político-singular de produção com os/as alunos/as, baseando-se na construção de uma avaliação processual, considerando o desenvolvimento subjetivo do aluno diante de uma diversidade de atividades, não se restringindo, desse modo, a um momento ou atividade específica.

Diante disso, entendemos que na articulação mobilizada pelas professoras ao construir seu planejamento e organização didática-avaliativa, foi possível identificar os elementos onde as demandas dos materiais que a secretaria de educação (planos de

ensino, cadernos de atividades) enviava eram constantemente negociadas com as demandas do cotidiano escolar, construídas a partir das necessidades dos/as alunos/as em relação ao uso, por exemplo, de tecnologias digitais, resultando na modificação dos modos (constantemente negociados) em que recorria em sua prática curricular para desenvolver as atividades curriculares cotidianas.

Nessa direção, nos aproximamos de uma compreensão das políticas curriculares como produções discursivas contingentes que “[...] não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação” (Lopes, 2004, p. 111). Isso, no entanto, não significa, “[...] desconsiderar o poder privilegiado que a esfera de governo possui na produção de sentidos nas políticas, mas considerar que as práticas e propostas desenvolvidas nas escolas também são produtoras de sentidos para as políticas curriculares” (Lopes, 2004, p. 112).

Para além disso, é considerar professores/as também como decisores/as curriculares políticos que não apenas incorporam passivamente projetos curriculares construídos por outros, pois modificações nas atividades produzindo modos de tornar os conteúdos/atividades acessíveis aos alunos/as, incorporando outros sentidos, assim como elaborando alternativas de atividades além do proposto, ressaltado no seguinte discurso, “[...] lembrando que assim, eu sempre coloco outras atividades complementares, [...] busco outras coisas pra complementar, sabe?” (Entrevista, Professora 1).

Ao enunciar que sempre buscava algo para complementar, a professora demonstra caráter insuficiente e não determinante das propostas políticas assumidas pela escola no desenvolvimento do currículo em sua prática, nos trazendo enunciados que demonstram “[...] um sentido de agência, de poder de decisão nas práticas curriculares docentes. Nesse poder de agência residem [...] interpretações e ações em meio aos sentidos que concorrem incessantemente entre si no espaço-tempo das salas de aula” (Silva, 2020, p. 167).

Isso também pode ser evidenciado nos discursos das professoras 4, 5 e 7 que sinalizaram para não utilização de políticas como base do currículo desenvolvido em suas práticas, apontando, respectivamente, a realização de uma construção diária diante do inesperado que emergem no cotidiano escolar, modificações na linguagem/conteúdos para construção de uma compreensão possível aos alunos, e o desenvolvimento ressaltado pela professora 7 de “alguns projetos específicos para trabalhar currículo da escola” (Questionário, Professora 7)

Nessa direção, estamos compreendendo que a “[...] política é decisão, é posicionamento e se posicionar é ser político e fazer política” (Silva, 2020, p. 154). A partir disso, estamos considerando os/as professores/as como produtores/as de políticas-práticas curriculares a partir das ações/decisões que vão tecendo cotidianamente no desenvolvimento do currículo em sala de aula (seja essa física ou virtual), constituindo-se desse modo enquanto decisores/as curriculares políticos,

ultrapassando a ideia de que seriam apenas reprodutores de um currículo produzido por outros.

Enquanto as demandas das políticas dos programas de ensino tentavam impor em suas práticas a digitalização e simplificação do currículo com recursos que não se adequavam às realidades dos/as alunos/as, evidenciamos a negociação e agenciamento de outras possibilidades curriculares. Assim, na busca por formas de acolher a realidade dos/as alunos/as, ultrapassaram os modos que lhes eram impostos como os “melhores” e partiram para construção de um currículo com o que era possível e fizesse sentido diante da realidade de cada aluno/a, tomando a produção do currículo nesse cenário “[...] como um movimento político que depende inequivocamente das suas condições de emergência” (Mendonça, 2014b, p. 748).

Nesse cenário, apesar das imposições políticas que distanciavam e até provocavam a exclusão de alunos/as dos processos curriculares escolares, foram negociando estratégias didático-metodológicas curriculares, que possibilitassem que eles fossem, ainda que minimamente em alguns casos, incluídos no movimento de organização e desenvolvimento curricular.

Diante disso, não apenas as professoras, mas os/as alunos/as foram se instituindo enquanto decisores/as curriculares políticos, tendo em conta as condições contextuais e contingentes, tais como a existência das políticas curriculares nacionais e locais que tratamos, bem como as condições materiais que eles tiveram disponíveis para realização de suas atividades escolares em contextos políticos diversos e emergenciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos discursos das professoras, foi possível perceber que suas atuações estiveram atravessadas por diferentes discursos políticos conflitantes, demonstrando que, apesar de políticas que apontavam para simplificação e digitalização do currículo, a produção de suas práticas curriculares não estivera submetida em sua totalidade a práticas discursivas de simplificação, digitalização e isolamento curricular (Morgado; Sousa; Pacheco, 2020).

Nesse sentido, nossas análises demonstraram que, apesar disso, suas práticas curriculares não foram totalmente determinadas por essas políticas. O que observamos foi o caráter político em sua faceta que dissocia, antagoniza, mantém o conflito (Borges; Lopes, 2019; Mouffe, 2015) manifestado nas negociações curriculares que compuseram a constituição de suas práticas curriculares e possibilitaram a articulação de outros modos de pensar-viver o currículo em seus cotidianos escolares.

Isso pode ser evidenciado, com destaque, nas ações/decisões curriculares negociadas-articuladas na dimensão do planejamento e organização didática-avaliativa, considerando as necessidades e possibilidades dos/as alunos/as, revelando, portanto, momentos de produção políticas curriculares de decisão curricular, a partir

das disputas, deliberações, posicionamentos e negociações curriculares tecidas cotidianamente.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A. A. de *et al.* Práticas curriculares-avaliativas: relações de interdependências no processo de significação. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. esp., p. 431-451, 2020. DOI 10.28998/2175-6600.2020v12nEsp431-451. Disponível em:

<https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/9936/pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.

BORGES, V. **Espectros da profissionalização docente nas políticas curriculares para formação de professores**: um self para o futuro do professor. 2015. Tese (Doutorado em educação) - Universidades do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_46cd4a7_bb3c46df1d8c6f73e89f111e9. Acesso em: 06 ago. 2021.

BORGES, V.; LOPES, A. C. O político e a política: implicações para formação docente. In: MACEDO, E.; MENEZES, I. **Currículo, política e cultura**: conversas entre Brasil e Portugal. 5. ed. Curitiba: CRV, 2019. p. 21-40.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: MEC, 2019. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2019/rcp002_19.pdf.

Acesso em: 21 dez. 2025.

BURITY, J. A. **Desconstrução, hegemonia e democracia**: o pósmarxismo de Ernesto Laclau. Recife: Fundaj, 1997. p. 1-21. *E-book*. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121129013954/joan7.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2021.

CARUARU. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo do Município de Caruaru**. Caruaru: SEDUC, 2020. Disponível em: <https://educacao.caruaru.pe.gov.br/pagina/curriculodomunicipio>. Acesso em: 17 abr. 2026.

FERRAÇO, C. E. Práticas-políticas curriculares cotidianas como possibilidades de resistência aos clichês e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Linhas Críticas**, Brasília, v. 23, n. 52, p. 524-537, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/19419>. Acesso em: 06 ago. 2021.

FRANGELLA, R. de C. P. Formação de professores em tempos de BNCC: um olhar a partir do campo do currículo. **Revista da ANFOPE Formação em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 380-394, 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/611>. Acesso em: 06 ago. 2021.

FRANGELLA, R. de C. P.; CARVALHO, J. M. Apresentação da seção temática políticas e práticas curriculares: diferentes Perspectivas de análise. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 340-345, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/apresentacao.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2021.

FRANGELLA, R. de C. P.; DIAS, R. E. Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. **Educação Unisinos**, Porto Alegre, v. 22, p. 7-15, jan/mar. 2018. DOI 10.4013/edu.2018.221.01. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.221.01>. Acesso em: 06 ago. 2021.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, A. C. Ainda é possível um currículo político? In: LOPES, A. C.; ALBA, A. de (org.). Diálogos curriculares entre Brasil e México. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. v.1, p. 43-62.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 26, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bjF9YRPZJWWyGJFF9xsZprC/?lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2021.

LOPES, A. C. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 21, n. 45, p. 445-466, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/4581/4179/8177>. Acesso em: 06 ago. 2021.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, A. C.; MENDONÇA, D. de.; BURITY, J. A contribuição de hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 7-32.

MARCHART, O. **Post-foundational political thought**: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau. Edinburgh: Edinburgh Press, 2007.

MELO, M. J. C. de. **Ações articulatórias nos movimentos de recriação das práticas curriculares coletivas dos professores do ensino fundamental**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35261>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MELO, M. J. C. de; ALMEIDA, L. A. A. de; LEITE, C. Negociação das políticas/práticas curriculares: o desenvolvimento profissional de professores (as) orientado para a decisão curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, p. 1-21, 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/v39/1984-0411-er-39-e87031.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.

MELO, M. J. C. de; ALMEIDA, L. A. A. de; LEITE, C. Práticas curriculares coletivas de professores do 1º Ciclo da Educação Básica de Portugal. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, v. 15, n. 4, p. 2006-2022, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12714/9566>. Acesso em: 21 dez. 2025.

MELO, M. J. C. de; ALMEIDA, L. A. A. de; LEITE, C. Sentidos atribuídos ao significante prática curricular nas produções científicas da ANPEd. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v. 31, n. 2, p. 215-231, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13632>. Acesso em: 21 dez. 2025.

MENDONÇA, D. de. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. In: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L. P. **Pós estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014a. p. 19-24.

MENDONÇA, D. de. O momento do político: evento, indecibilidade e decisão. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 745-771, 2014b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/g3vWcqxpTMpHRK4WhN5KhNh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MORGADO, J. C.; SOUSA, J.; PACHECO, J. A. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16197>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2015.

NASCIMENTO, K. **Ernesto Laclau para iniciantes**. Fortaleza: Kamila Nascimento, 2020. *E-book Kindle*.

OLIVEIRA, G. G. S. de. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre teoria política do discurso e análise do discurso em educação. *In*: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. M. de; OLIVEIRA, G. G. de. (org.). **A Teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora da UFPE, 2018. v. 1, p. 169-216.

SILVA, M. A. da. **Práticas de traduções curriculares docentes**: rastros do currículo da formação de professores. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37716>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA, M. A. da; GONÇALVES, C. de L.; ALMEIDA, L. A. A. de. Sentidos de prática curricular: uma construção cotidiana. *In*: LEITE, C.; Fernandes, P. **Currículo, avaliação, formação e tecnologias educativas (CAFe)**: contributos teóricos e práticos. Porto, Portugal, Ed. CIE; FPCE; UP, 2018. E-book. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/132285>. Acesso: 10 ago. 2021.

VELOSO, T. B.; ALMEIDA, L. A. A. de. Processos de negociações articulações de políticas-práticas curriculares no cenário pandêmico da COVID-19. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, PB, v. 15, n. 2, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/62480>. Acesso em: 25 dez. 2025.

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

- 1) Tamires Barros Veloso
- 2) Vanessa Azevedo Cabral da Silva
- 3) Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida

Contribuição	Autor 1	Autor 2	Autor 3
1. Conceituação	X	X	
2. Curadoria de dados			
3. Análise formal	X	X	X
4. Obtenção de financiamento			X
5. Investigação	X		
6. Metodologia	X	X	
7. Administração do projeto			X

8. Recursos			
9. Software			
10. Supervisão			X
11. Validação			
12. Visualização			
13. Redação (rascunho/original)	X	X	X
14. Escrita (revisão e edição)	X	X	X

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o artigo "O político nas políticas-práticas curriculares nos cotidianos escolares".

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão disponíveis no artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Declaramos que não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

Revisado por:

Almir Antonio Bezerra
E-mail: almir.bezerra@ufpe.br

Revisão normalização (ABNT) por:

Tamires Barros Veloso
E-mail: tamiresbarros32@gmail.com